

Acta da reunião ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Évora, realizada em dois de agosto de mil novecentos e quatro, nos dois dias do mês de agosto de mil novecentos e quatro, na sala das Sessões dos Paços do Concelho de Évora, reuniu-se a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Architecto Manuel Tierno Basuelho, estando presentes os vogais Senhores Doutor Malagueiras da Costa Bobato Simentão, Manuel António Marques Pereira, Engenheiro António Manuel Horta, Francisco José Gutierrez Casero, Doutor Jerónimo Queiroga, Doutora Maria Ana Queiroga Dias, Carlos Luis Neves da Cruz, Doutor Alberto Carlos Martins de Brito Lima e Engenheiro Alcácio Monteiro Apperes.

Aberta a reunião às dez e meia horas e trinta minutos, o Senhor Presidente comunicou que o vogal Senhor Domingos Franço Oliveira lhe participara a sua impossibilidade de comparecimento à presente reunião, falta esta que a Comissão consi-

derou como devidamente justificada.

Requidamente foi aprovada a acta da última reunião, com dispensa da sua leitura, em virtude de o respectivo texto ter sido previamente distribuído a todos os membros presentes, de harmonia com o disposto no artigo quarto do decreto. Foi número quarenta e cinco mil trezentos sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos sessenta e três, após o que a Comissão se ocupou dos seguintes assuntos:

Licenças para Férias: Foram presentes os requerimentos de Francisco Batista Cabeca, António José Varela, Francisco Pampalho, Julião dos Santos Martins, João Beal, José Custódio do Sale, Joaquim José Condeco, Francisco Ferreira, Joaquim José Carrageta, Tiago Joaquim Urzálho, Isidro Augusto Dias Ribeiro, Bernardo Francisco Costa e Jaimeundo Bernardino Fego, nos quais pedem as suas licenças para férias, válidas, as dos dois primeiros por trinta dias, os cinco seguintes por vinte e quatro, o seguinte por vinte e um e o que se lhe segue por vinte dias e os quatro últimos por dezoito dias. Em face das informações que dos mesmos constam, as pretensões foram deferidas.

Emprestimo de Dez mil contos: O Senhor



Presidente informou a Comissão do que por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de três de Maio do corrente ano, fora deliberado contrair através do Commissariado do Desemprego um empréstimo de dez mil contos, reembolsável em seis anos ao juro de dois por cento ao ano, propondo que a Comissão se pronuncie sobre a oportunidade e conveniência da concessão do referido empréstimo, visto a deliberação anterior haver caído por virtude da dissolução da Câmara Municipal deste Concelho depois de o assunto ser devidamente apreciado;

Considerando a urgência do debelamento da crise de habitação, a qual só poderá ser combatida com a construção do maior número possível de habitações;

Considerando que tal só é possível desde que o Município disponha de terrenos suficientes para proporcionar um maior surto de construção civil;

Considerando que o Município não dispõe neste momento de terrenos bastantes que facilitem o fim em vista e que só por meio de aquisição de novos terrenos é possível enjactar a política que se propõe desenvolver em favor das classes

mais desprotegidas;

Considerando que não dispõe o Município de fundos próprios que lhe permitam fazer a aquisição que se impõe, o que só conseguirá através de empréstimo;

Considerando que, por despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, de dezasseis de Abril último, foi autorizada a concessão de um empréstimo de dez mil contos, pelo Commissariado do Desemprego, através do Fundo do Fomento da Habitação, nas condições já referidas;

A Comissão deliberou, por unanimidade:

Primeiro - Contrair no Fundo do Fomento da Habitação um empréstimo de dez mil contos, reembolsável em seis anos, mediante o juro de dois por cento ao ano, para a compra de terrenos destinados a urbanização, bem como a trabalhos de arruamentos, águas, esgotos e electricidade necessários às respectivas urbanizações;

Segundo - Que para garantia deste empréstimo se consigne o produto da venda dos mesmos terrenos, e, ainda, as receitas em geral do Município, particularmente o produto dos adicionais às contribuições do Estado;

Terceiro - Que esta deliberação

seja submetida à homologação do Senhor Governador Civil do Distrito de Évora, para cumprimento do disposto no número oitavo do artigo quinquagésimo quinto do Código Administrativo, de conformidade com o disposto no parágrafo sexto do artigo número trezentos oitenta e quatro do mesmo Código;

Quarto - Que, depois de obtida a homologação do Senhor Governador Civil, para esta deliberação seja solicitada a Sua Excelência o Ministro das Finanças a competente autorização para a realização desta operação de crédito, tal como prescreve o parágrafo quarto do já citado artigo quinquagésimo quinto do Código Administrativo.

Posta à votação foi esta proposta aprovada por unanimidade.

Compra de um terreno no Alto de São Bento: - O Senhor Presidente informou a Comissão de que, em reunião da Câmara Municipal, realizada em três de Maio do corrente ano, fora deliberado adquirir um pequeno sítio no Alto de São Bento, destinado a ser integrado no arranjo urbanístico daquele local, pela ajustada importância de sessenta mil escudos, havendo agora a

necessidade de se deliberar sobre a conveniência de se manter, ou não, a aquisição em causa, bem como designar a pessoa que outorgará na respectiva escritura de compra.

Depois do assunto ter sido convenientemente apreciado, a Comissão deliberou que se adquirisse o referido moinho, o qual se encontra inscrito na Conservatória do Registo Predial de Évora, sob o número quinze mil novecentos cinquenta e oito, a folhas trinta e nove, do livro B-quarenta e dois, propriedade de Serafim Joaquim Bravo e Outros, pela importância de sessenta mil escudos.

Foi deliberado designar o Senhor Presidente para, em nome da Câmara, outorgar e assinar a competente escritura, para o que lhe são conferidos os necessários poderes.

Expositos do Bairro dos Beões:- Foi depois lida uma exposição de habitantes do Bairro dos Beões, queixando-se de que os prédios em que residem não têm ligações à rede de esgotos, facto que lhes traz transtornos de toda a ordem, além de constituir perigo para a saúde dos seus moradores, pelo que pedem que sejam tomadas as providências que o caso requer.

Pedindo a palavra para falar sobre o assunto, disse o Senhor Doutor Brito de Lima que, se houver no local rede pública de esgotos, há a possibilidade de os respectivos proprietários serem intimados, tendo o Senhor Chefe da Repartição Técnica prestado o esclarecimento de que próximo do local existe, de facto, um colector geral de esgotos que possibilitaria a pretendida ligação.

O Senhor Presidente disse que, sendo intenção da Comissão Administrativa proporcionar a todos os habitantes as melhores condições sanitárias, o assunto iria ser objecto de estudo, com vista à construção da necessária rede de esgotos e posterior intimação aos proprietários para a ligação dos seus prédios. Propôs, o que logo foi aprovado, que se colhessem os necessários elementos para a identificação dos proprietários e, depois destes reunidos, houvesse uma reunião com os moradores daquelle bairro a fim de ser tratado este problema e outros que na ocasião se levantem.

Parque de Estacionamento para os Correios Telegrafos e Telefones: - Foi também lido um officio da Circunscriçãõ dos OTT desta cidade, pedindo para ser

destinado a parque privativo dos Correios Telegrafos telefones, a fim de permitir a carga e descarga de veículos, em lugar para oito a dez viaturas no Largo dos Beneditos, onde se situa o Centro Regional Postal desta cidade.

Depois das intervenções do Senhor Presidente e dos vogais Senhores Francisco José Caetano que se referiu à transitoriedade da instalação do Centro naquele local e da necessidade de se continuar o programa de desobstrução das muralhas, e do Senhor Engenheiro Otávio Affonso que deu explicações sobre o funcionamento do referido Centro, de inegável interesse para toda a população, ficou resolvido que o assunto fosse cuidadosamente estudado, para se ver da possibilidade de permitir ali o pretendido estacionamento com o mínimo de inconvenientes para os habitantes daquela zona.

Distribuição de Pelouros :- Usando da competência que lhe confere o parágrafo terceiro do artigo quinquagésimo oitavo do Código Administrativo, o Senhor Presidente procedeu à distribuição dos diversos pelouros em que se dividem os serviços municipais, ficando os mesmos assim distribuídos: - Higiene e Limpeza - Doutor Alberto de Brito Lima; Matadouro - Dou

tor feróqimo Queiroga; Cemitério - Doutor Alberto de Brito Lima; Mercados e Feiras - Engenheiros Alcácio Afferes e António Horta e Domingos Franco Almeida; Jardins e Arborização - Engenheiro António Horta; Instalações Desportivas - Carlos Cruz; Instrução e Cultura - Doutora Maria Ana Queiroga Dias.

Residência dos Vogais Municipais Consultivos:- Também pelo Senhor Presidente e ao abrigo do disposto na parte final do parágrafo único do artigo número cento e dez do Código Administrativo, foram designados para presidir às comissões consultivas municipais os seguintes senhores vogais: Comissão Municipal de Higiene - Doutor Jafarques Simentão; Comissão Municipal de Turismo - Francisco José Caetano; Comissão Municipal de Arte e Arqueologia - Doutora Maria Ana Queiroga Dias.

Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados:- Também de conformidade com o disposto no artigo número cento e sessenta e nove do Código Administrativo, o Senhor Presidente designou para constituir, o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, sob a sua presidência, os vogais senhores Engenheiro Alcácio Afferes e Marques Pereira, que servirão durante o ano

em curso.

Informações: - O Senhor Presidente prestou a seguir alguns esclarecimentos sobre o que tem sido a actividade da Comissão, no seu ainda curto período após a tomada de posse, referindo, especialmente, três pontos: Abastecimento de água, construção clandestina, habitação e urbanismo e o Problema Financeiro.

Quanto ao primeiro, disse terem sido feitos esforços para se avaliarem os consumos, em face das capacidades existentes, sendo urgente fazer mais uma vez um apelo à população para restringir todos os consumos desnecessários e estimular a economia nos gastos de água.

A propósito deste problema, disse estar-se a organizar um "dossier" que já dispõe de bastantes elementos e que se destina a ser presente muito em breve a Sua Excelência o Secretário de Estado das Obras Públicas.

Relativamente ao segundo ponto, está prevista, em princípio, uma visita a Évora na terça-feira próxima, de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Habitação e Urbanismo, para se estudar o problema da habitação e do Plano Director da cidade o Senhor Presidente aproveitou esta oportunidade para fazer

em apeço às populações interessa-
das no problema da habitação,
para que não complicate mais
a situação com o aparecimento
de novas construções clandestinas,
as quais criam toda a sorte
de dificuldades com o abasteci-
mento de água, esgotos e outros.

Disse também que está garan-
tido o apoio técnico do Fundo de
Fomento da Habitação, para a
urbanização do Bairro da Cruz
da Picada, cujo projecto está em
conclusão, estando já a ser re-
colhidas propostas para adjudicação
da empreitada de construção de
quatrocentos noventa e sete fogos
de rendas económicas.

No que respeita ao problema
financeiro, o senhor Presidente disse
estar-se já em contacto com o
Ministério da Comunicação Social
e do Ambiente, no sentido de se
manterem todas as dotações já
prometidas pelo anterior Ministério
para o financiamento de numerosas
obras previstas para todo o concelho.

Falando na rede de esgotos,
especialmente, dos emissários, disse
que já se encontram abertas todas
as valas, tendo-se feito diligências
em Lisboa para a dispensa de um
certo tipo de revestimento de tuba-
gem, no que se pouparão cerca de
mil e setecentos contos. Também

foram feitas diligências junto do autor do projecto da estação de puradora para que o ultimasse dentro de certo prazo, tendo sido obtida a promessa de que o mesmo seria entregue muito brevemente.

Referindo-se a uma carta de habitantes do Bairro de Guadalupe, o Senhor Presidente congratulou-se por ver na sala das sessões uma larga representação de moradores do referido bairro, o que demonstra o interesse que põem na resolução dos seus justos anseios de progresso e melhoria de condições de vida, tendo prometido que muito brevemente se deslocarão à respectiva povoação alguns membros da Comissão Administrativa para ali estudarem o problema da água para os lavadouros e fontanaria - de momento o que mais os afflige - bem como quaisquer outros assuntos que surjam no momento, tal como o dos transportes públicos que será posto à empresa concessionária.

Usando da palavra, a Senhora doutora Maria Ina Queiroga, informou haver já estabelecido alguns contactos com vista à formação duma comissão que se interessará em realizações culturais e também inventariação do património artístico,

Ocupando-se do problema do consumo de água, disse já ter pensado no lançamento duma campanha, tendente a estimular a economia de consumos, mediante concurso de cartazes e composições literárias, entre a juventude.

Falou, depois, o vogal senhor doutor feronimo Queiroza, dando conta dos problemas do matadouro, que são graves e urgentes, principalmente no que se refere ao edificio, que está velho, carecendo de urgente reparação. Feceu depois extensas considerações sobre a politica anteriormente seguida, no que se refere ao problema da rede de matadouros ao nível nacional, concluindo por dizer que, na impossibilidade de se conseguir para Évora um matadouro regional, que ao menos se tente a construção dum matadouro mais modesto a que se poderá chamar casa de matança, se isso for mais conveniente, de forma que tal construção permita, não só atender as necessidades da cidade, mas também proceder à matança de xeses destinadas aos meios rurais, por se fim, desta forma, ao sistema agora usado das matanças locais, que não oferecem o minimo de garantias higiénicas.

Para os primeiros contactos pensa ouvir também os trabalhadores do matadouro e uma comissão de comerciantes de carnes, que já está em formação, visto tratar-se de assunto que a todos interessa igualmente.

O Senhor Engenheiro Octávio Affres disse já ter estabelecido um primeiro contacto com o Mercado, não lhe sendo no entanto possível fazer uma ideia de conjunto dos principais problemas que ali se verificam, sendo no entanto notado que o funcionamento das instalações frigoríficas é bastante deficiente, parecendo-lhe que a assistência ao mesmo prestada por uma casa de bisboas se torna bastante cara, pelo que seria preferível encontrar na cidade uma casa da especialidade que pudesse tratar da referida assistência.

Informou, depois, que a máquina está quase reparada e dentro em pouco poderá entrar ao serviço do público.

Seguindo-se no uso da palavra o Senhor Doutor Brito Lima disse não lhe ter sido ainda possível estabelecer contactos com os seus serviços, Higiene e Limpeza e Cemitério, mas que tinha em seu poder uma exposição de pessoal desta Câmara, oportunamente apresentada à Junta de Salvação

nacional, desejando sobre o assunto realçar os seguintes pontos:

- Primeiramente, referir que a mesma só veio à mão da Comissão depois de diligências feitas pelo Senhor Presidente.

- Tratando a exposição de questões de salários, a mesma esta junta uma informação do chefe da Secretaria que está correcta. Um despacho ministerial de Maio de mil novecentos e setenta fixou determinados salários máximos, dentro dos quais era lícito à Câmara fixar os salários, como de facto se verificou, nada havendo a apontar sob o aspecto da legalidade da deliberação sobre o assunto então tomada, embora pudesse discutir-se a sua justiça quanto aos limites fixados.

- De notar também que na mesma exposição há um despacho do Vereador que na altura estava a presidir à Câmara, mas do facto não foi dado conhecimento aos interessados, vindo-se à margem uma anotação a lápis, de "Arquivar".

Continuando, o Senhor Doutor Brito Lima falou de uma outra exposição de pessoal que, entretanto, não deu entrada na Câmara, dizendo que em ambas as exposições há referências ao problema

do saneamento do pessoal, designadamente do chefe da Secretaria. Tratando deste assunto, o Senhor Doutor Brito Lima referiu-se aos diplomas publicados, quer pela Junta de Salvação Nacional, quer ao Decreto de vinte e cinco de Junho último, que prevêem a constituição da Comissão Interministerial de Reclassificação de Funcionários, à qual é deferida competência para adoptar várias medidas relativamente aos funcionários.

Disse que, dentro desta linha de orientação, procurará, nos contactos que tiver com o pessoal dos seus pelouros, que lhe sejam indicados casos concretos, imputáveis a funcionários, pedindo que os colegas da Comissão procedam da mesma forma.

Igualmente os próprios municípios deverão dar notícia de factos concretos de que tenham conhecimento que exijam o saneamento, com vista à sua canalização para a Comissão Interministerial já referida.

O Senhor Engenheiro Alcácio Lopes pediu facilidades para uma comissão do Bairro da Senhora da Saúde, que ali pretende fazer umas festas populares, apelando para que a Câmara lhe faculte algum material de electrificação para abrilhantar os

festejos, tendo o senhor Presidente dito que iria informar-se das possibilidades de atender o pedido.

Falou, depois, o vogal senhor Carlos Cruz, dizendo que tinha sido contactado por um grupo de alunos da base da de Lisboa, tendo o respectivo educador proposto que, em vez do pagamento da taxa de utilização, alguns alunos prestassem alguns serviços nas piscinas, durante certas horas, compensando assim a falta daquele pagamento. Sarao efeito, trocou impressões com o encarregado das piscinas, tendo-se concluido pela possibilidade de arranjar certos trabalhos que poderão ser feitos pelos alunos, tal como foi proposto, permitindo-se, assim, a entrada gratuita dos trinta alunos e mais três acompanhantes, o que propunha a Comissão para ratificação. Foi deliberado concordar com o procedimento adoptado.

Referiu-se, depois, a algumas deficiências existentes nas piscinas e que foram objecto dum officio da delegação de saúde, as quaes entretanto já foram remedadas.

Tambem disse ter sido procurado pelo delegado distrital do apoio dos movimentos juvenis, que pediu a colaboração da Câmara para o Centro

de animação de férias, tais como a utilização das piscinas, campo de ténis e andebol.

Finalmente, o Senhor Presidente disse que as reuniões de informação das terças e quartas feiras, têm tido muita concorrência de público, isso mostrando o interesse que as mesmas despertam.

Obscureceu que o facto de as piscinas funcionarem mais dias na semana não quer dizer que haja diminuição do caudal de água para o abastecimento da cidade, pois a maior parte de água ali utilizada é captada em fozas existentes na zona.

Fez também referência a uma carta que recebeu dum grupo de trabalhadores da Federação de Municípios em que expõem a sua pretensão de obterem facilidades para a construção de habitação própria, assunto que será estudado conjuntamente com outros da mesma natureza.

Declarou: - O Senhor Presidente expôs à Comissão a necessidade de se proceder, no próximo ano, ao lançamento de uma derrama sobre as contribuições predial rústica e urbana e contribuição industrial, para ocorrer a encargos com obras de interesse geral de todo o concelho, a exemplo do que já se verificou o ano passado,

convidando os Senhores Locais a pronunciarem-se sobre assunto tão momentoso para a vida econômica do Município.

Depois de exaustivamente apreciado o assunto, em que todos intervierem activamente e em cujas intervenções ficou expressa a geral discordância com o sistema de lançamento do referido imposto, designadamente pela impossibilidade de aplicação de taxas progressivas;

Considerando, também a inexistência de dados comparativos que permitissem uma avaliação aproximada do produto que se iria obter;

Considerando a absoluta necessidade de reunir fundos, principalmente se tivermos em conta os pesados encargos que o Município terá de enfrentar com obras de carácter sanitário e de alace social, no próximo ano, bem como com o aumento de encargos com as remunerações salariais;

Considerando, por outro lado, a urgência em se tomar, hoje mesmo, a respectiva deliberação, visto a Comissão haver sido empossada há apenas onze dias e não ter sido possível, por isso, debruçar-se sobre o assunto com mais obje-

atividade e o prazo para a sua cobrança através da repartição de finanças do concelho estar a extinguir-se;

Considerando, em última análise, que o sacrifício que representará para os contribuintes a aplicação da taxa votada deve ceder às vantagens que se obterão para os munícipes e de que todos são beneficiários;

A Comissão deliberou, por maioria, o seguinte:

Primeiro: - Lançar para o próximo ano de mil novecentos setenta e cinco, ao abrigo do imposto no artigo sexto do decreto-lei número cento e setenta e três, traco, setenta e três, de dezasseis de abril, uma derrama da taxa uniforme de quinze por cento, sobre as contribuições predial rústica e urbana e da contribuição industrial, pagas ao Estado pelos contribuintes de todo o concelho;

Segundo: - Que o produto da derrama que vier a cobrar-se seja aplicado nos seguintes melhoramentos: - remodelação e ampliação do edifício dos Paços do Concelho; remodelação do mercado vinte e oito de Maio; Construção do Pátio ou Casa de Matança; Reparação e Pavimentação da Rua do Menino Jesus; Reparação e Pavimentação da Rua Meno Stevens; Pavimen-

tos setenta e cinco as seguintes percentagens máximas permitidas pelo artigo número setecentos e cinco do Código Administrativo:

- Contribuição predial rústica - trinta e cinco por cento; Contribuição predial urbana - dezasseis por cento; Contribuição industrial - eatorze por cento; Imposto sobre aplicação de capitais - dez por cento.

Classificação de Receitas: - Pela Secretaria foi informado haver sido recebida a importância de mil quatrocentos quarenta e oito escudos e vinte centavos de participação no imposto sobre espectáculos, sem que tal receita esteja prevista no orçamento do corrente ano, havendo assim que dar-lhe classificação de conformidade com as instruções regulamentares sobre a matéria.

Nestes termos, foi deliberado que a referida receita ficasse a constituir a seguinte rubrica orçamental "Participação da Câmara no adicional sobre espectáculos teatrais e cinematográficos conforme o estabelecido no artigo trinta e sete do Decreto-Lei número cento oitenta e quatro, traco, setenta e três, de vinte e cinco de Abril", inscrita sob o Capítulo três, do artigo vinte e três, alínea onze, da receita.

Balançetes: - Saldos verificados no

dia de hoje: Câmara - seis milhões novecentos setenta e dois mil novecentos quarenta e dois escudos e sessenta centavos; Turismo - quinhentos setenta e dois mil duzentos oitenta e um escudos e dez centavos.

Resoluções: - autorizados os pagamentos compreendidos nas autorizações número dois mil duzentos e sessenta a número dois mil trezentos vinte e quatro no total de um milhão cinquenta mil oitocentos trinta e quatro escudos da Câmara e os compreendidos nas autorizações número cento oitenta e cinco a número cento noventa e um no total de dezasseis mil quatrocentos vinte e três escudos e sessenta centavos do Turismo, considerando-se aprovada em minuta a parte da acta que lhes respeita da presente reunião. Ratificados os pagamentos compreendidos nas autorizações número dois mil duzentos e vinte e quatro a número dois mil duzentos e cinquenta e nove no total de setecentos setenta e um mil seiscentos e cinco escudos e noventa centavos da Câmara.

Resolução em Minuta: - A Comissão Administrativa, ao abrigo do parágrafo primeiro do artigo trezentos cinquenta e quatro do Código Admi-

Administrativo, deliberou aprovar, para efeitos imediatos, as deliberações tomadas nesta reunião, sob as epígrafes: "Empréstimo de dez mil contos" e "Derrama".

Como não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente acta que eu _____

Primeiro Oficial
servindo de Chefe da Secretaria, a
redigi e subcrevo.